



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

Ata Nº 1314 da Reunião Extraordinária do Pleno do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 8ª Região com os Trabalhadores e Assessoria Jurídica do CRESSDF, gestão “Reconstruir e Fortalecer: É Tempo de Democracia, Ação e Esperança”.

No dia oito de agosto de dois mil e vinte três, foi realizada Reunião Extraordinária com as/os funcionárias/os do CRESS/DF, o Conselho Pleno e assessoria jurídica, conforme solicitação do corpo de funcionárias/os. Estiveram presentes as/os Conselheiras/os: Ana Luíza Ribeiro Câmara, Gislaine Andrea Almeida Medeiros, Sabino Manda, Ágata Parentes Ferreira, Karina Aparecida Figueiredo, Valneia, Deise Liane, Jean remotamente: Lorena Kelly Ramos Leite, Grace Kele da Silva. As trabalhadoras: Ana Luísa Rocha Delfino, Gabriela Pereira Feitosa, os trabalhadores: Leonardo Vitor Nina de Santos, Eduardo Martins Pereira Vasco. Representando o jurídico: Rafael Rodrigues de Oliveira e Gabriela Filgueira. A reunião se iniciou às 14hrs. Ana Luíza (conselheira) fez a leitura da ata 1312, com as correções indicadas por Ana Luísa (funcionária) e Karina, a ata foi aprovada. Karina disse que pelo que leu do documento, foi discutido o primeiro tema, que este ponto foi esclarecido. Todos concordam. Karina falou que vão refazer o PCCR. Ana Luísa (funcionária) avisou que está gravando a reunião novamente. Karina disse que em relação ao cargo em comissão há necessidade de fazer alteração do PCCR, após isso a discussão será retomada, que há orientação do CFESS desde 12 que a carga seja de 30 horas, independente da função; que de qualquer forma o PCCR tem que prever os cargos em comissão, que há CRESS que tem assessoria jurídica e de comunicação como cargo em comissão, que fica a critério da gestão analisar os prós e contras. Ana Luísa (funcionária) disse, para registrar, que o entendimento é de que cargo em comissão é para assessoria e chefia, não sendo para questões técnicas. Karina disse que acha que todos entenderam a questão do ILAES, e perguntou se algum conselheiro quer mais informações. Todos negam. Karina seguiu com a pauta, informando que não se aboliu de vez a contratação de uma assessoria em planejamento e gestão, que não quer que outras gestões cheguem sem entender o funcionamento do conselho, que a ideia é essa, mas que viram que para contratar essa assessoria precisa da participação de quem conhece a dinâmica dos conselhos, que ainda é algo que precisamos fazer para entender o funcionamento do conselho e organizar, que tem previsão orçamentária para essa contratação; que se teria inclusive o que é atribuição de funcionário e de conselheiro. Valneia falou que o ILAES foi só uma experiência, que não foi

muito boa, que perceberam que uma pessoa de fora não estava conseguindo nos auxiliar, que por isso pensaram também na contratação de uma pessoa, uma assessoria técnica, como Tati; que o contrato foi cancelado porque não entendiam o que queriam, não tinha conhecimento sobre conselho. Gislaíne falou que os instrumentais foram mandados após o fim do contrato, que Tati recebeu por ser vice-presidente, que depois foi compartilhado com a gestão. Karina seguiu a pauta. Gabriela (funcionária) disse que não apresentaram a parte dos fluxos, Eduardo e Ana Luísa (funcionária) confirmaram que um assunto foi entrando no outro. Leonardo falou que chegou no CRESS há pouco tempo, que ao chegar teve a impressão de que há ausência de regulamentos, que todos já entendem que é preciso elaborar isso, que teme prejudicar o trabalho por não ter as normativas; que na segunda semana questionou a Grace dos regulamentos, que descobriu que são três PCCR regimento interno, código de ética, que fala no documento da criação de serviços, mas que Karina falou que o CRESS é pequeno. Karina falou que o CRESS é de pequeno porte. Leonardo falou que não é por isso que não deveríamos nos organizar, deu alguns exemplos de atividades que estariam fora da sua formação, que vem executando atividades sem ter orientação de onde ir, que seria ideal ter dois funcionários para cada setor, como a presidente e tem a vice, que isso evitaria perda de informações, que falta suporte técnico, TI e sistemas, que o Código de Ética fala da comissão de ética e conduta, mas essa nunca foi criada, que os desapontamentos poderiam ser levados à comissão. Gabriela (funcionária) falou dentro da perspectiva dos agentes fiscais e assistentes contábeis, que quando a ausências por férias, abonos, que as demandas acumulam, que o funcionário está adoecido e o funcionário é responsabilizado pois as demandas cumulam, que não há substituto; que em suas férias a demanda se acumulará por um mês, que tem a COFI, mas que a coordenadora e os conselheiros não podem assumir todas as atividades; questiona como fica o repasse de demanda, se a demanda vai ficar parada até a volta do trabalho. Falou que colocaram a questão da Grace e home office, que foi Érica solicitou que ela ficasse em home, pois precisava elaborar a apresentação para assembleia, que houve acúmulo por 3 meses sem contrato com carro, que depois foi dito que precisava de um parecer do jurídico, questionou: se sabia disso porque não solicitaram o parecer antes, que ficou muita demanda reprimida, que os profissionais questionam a ela diretamente, que houve uma falha do administrativo em relação ao transporte. Colocou que estava sobrecarregada e que Érica pediu

que fizesse apresentação da assembleia e para o descentralizado, que Érica disse que faria por e-mail, que não há um protocolo para envio de convocação, e no mesmo email Grace questionou a convocação e o home office. Disse que costuma fazer home office, que compartilhou seus horários para que saibam, que acha que o questionamento deveria ser para Érica e não para ela, que sente como uma retaliação, mas que agora já está entendido. Falou que acha que Grace deveria estabelecer protocolos para solicitar reuniões e home office, que não tem problema em segui-lo, que deveria haver fluxo indicando a quem reportar. Karina questionou se até hoje segue via e-mail para Grace, em caso de home office. Gabriela (funcionária) disse que sim, que por isso não entendeu o questionamento. Karina informou que quando há reunião na sala, é importante garantir o home office para que a agente fiscal siga seus trabalhos. Grace falou que não foi para Gabriela (funcionária) se sentir mal, sobre a reunião precisa saber quem tá disponível na gestão, que irá sentar com a gestão/diretoria para ver o fluxo. Gabriela (funcionária) falou que isso está solucionado. Jean pediu para falar. Gabriela (funcionária) pediu questão de ordem, disse que irá apresentar os pontos e que depois fazem as falas. Eduardo falou que quando entrou no CRESS não recebeu nenhuma resolução, que foi jogado na sala, que só lhe passaram a questão de arquivo retorno, que procura Grace, mas que ela não dá suporte, que orienta procurar outros CRESS, a implanta. Disse que foi contratado como assistente contábil mas se sente chefe de um setor. Ana Luisa (funcionária) falou sobre afastamento, que irá substituir Grace, que é uma questão complicada; que fluxograma é essencial para ver as atribuições, que não sabe bem como é o trabalho de Grace, que se tiver que se afastar não tem como saberem qual é o seu trabalho, que no setor de registro estão usando o trelo para acompanhar as demandas. Eduardo falou que tem a questão que Marcia está de férias, que haverá 2 administrativos. Leonardo falou que falta um chefe de setor, que Ana Luísa (funcionária) falou que era responsável pelo registro, que se houver um erro, ela seria responsável, que falta um elo de ligação entre o serviço e o coordenador. Gabriela (funcionária) falou que tem coordenadora da cofi, que não sabe se se reportar a Érica ou a Grace, que isso fica confuso, que quando se reportou a Érica sobre o home office foi questionada sobre Grace, que Érica reportou a gestão e a Grace e que mesmo assim foi questionada. Ana Luísa (funcionária) disse que o principal é se organizar na questão do trabalho, que com o fluxograma saberá a quem se reportar, sugeriu que a gestão



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

priorize isso, que mesmo se incluir uma nova pessoa, ainda haveria o que organizar. Jean falou que que é importante diferenciar no documento que o Código de Ética de Conduta do Código de Ética Profissional, até para fins de oficializar o documento; que parece, na forma de falar, que não é feito nenhum esforço por parte de Grace, que há coisas que de fato ela não conhece, que é preciso melhorar a forma de se comunicar; que deveriam apresentar dúvidas a Grace, que tem certeza que ela não mediria esforços para auxiliar, que talvez a melhor orientação seria dizer com quem se informar; que entende que os erros de funcionários seriam de responsabilidade da gestão; que na forma que está sendo dito parece que não há esforços, que entende que pode demorar tempo, mas que é importante sistematizar o que está sendo feito e o que sobrecarga, que Eduardo mandou relatório que isso ajuda a gestão entender o trabalho dele; que podem pensar em formas de melhorar o trabalho e discutir instrumentos e instrumentais utilizados. Grace se desculpou sobre o cartão corporativo; que o fato ocorreu no momento de eleição, que precisava de Tatiane, mas que nem sempre era possível, se desculpa se houve prejuízo sobre as visitas; disse que muitas coisas está descobrindo agora sobre o financeiro, que Ana Luísa (funcionária) segurou o registro e que a gestão queria que ela se ativesse a outras atividades, que por muito tempo fez registro por não haver outros funcionários, que é fácil dizer que ela não faz, mas que tem outras questões envolvidas; que houveram dificuldades na chegada de Eduardo que atrapalharam a troca de informações; que o fluxograma faz falta para todos. Gabriela (funcionária) falou que assim como Jean falou que não acha interessante a fala deles, se sente responsabilizada pela sobrecarga; fez explicação de seu fluxo de trabalho, que no dia que houver outra agente fiscal ela fará relatório, que se sente sobrecarregada; que entende que há uma nova gestão e que o trabalho é recorrente, que os problemas são recorrentes e não há alteração, que ainda faltam fluxos; que colocar isso para fazer é trazer sobrecarga, que se sente responsabilizada; que está dizendo que é um trabalho administrativo, é da gestão; que a gestão reconhece que há uma sobrecarga e que há a meta de nova contratação, que não acha que tem que fazer um relatório informando uma sobrecarga e que não fará. Ana Luísa (funcionária) falou em complemento a fala, que quer que as pessoas estejam presentes para falar delas, que a Marcia está adoecida e que só aceita demandas, que estão fazendo ações por conta própria, que falta direcionamento da gestão, que ela que tem que decidir o que é prioridade; que há coisas que precisam ser direcionadas, que

quando veio para o CRESS achou que seria agradável, mas que todo mundo quer sair; que vem porque querem melhorar o CRESS. Eduardo se desculpou se pareceu que Grace não faz as coisas, que Grace deveria ter o conhecimentos administrativo e financeiro, que o cargo exige isso; que fez o relatório porque anota os dados, que consegue emitir relatório pelo serviços online, que para Gabriela é diferente. Karina falou que há um problema da falta dos processos de trabalho, que assumimos isso; não é responsabilidade e nem culpa dos funcionários; que o desafio é construir o processo conjuntamente, que nós não sabemos, mas que fomos aprendendo no processo, que fizeram isso lendo as resoluções e participando de encontros, que falta suporte do CFESS quando as gestões assumem; que os CRESS são tratados da mesma forma, que não temos a mesma estrutura que CRESS GO, SP ou SC, mas que temos que responder tudo da mesma forma. Falou que a gestão sempre teve claro que é o número de trabalho é grande e há pouco funcionários, que vamos priorizar algumas coisas, que conforme o CRESS dialoga com a categoria a demanda vai crescendo, mas que vamos fazer o que dá, que não iremos sobrecarregar um setor; que é preciso estruturar fisicamente e financeiramente, que vamos amadurecendo para ver o que é possível, que resolução do CFESS diz que o CRESS funciona 30 hrs, que precisa de aprovação do CFESS e organização de duas equipe. Propõe que pensemos como organizar o trabalho, que quando Ana Luísa (funcionária) disse que passou em outro concurso, chamaram Leonardo antes para troca, que lamenta a ausência de Marcia e que ela tem um processo de adoecimento pessoal que é um desafio, que tem empatia e entende o processo; que não nega o problema, mas que precisamos buscar estratégias de resolução, que o caminho é pensar nisso. Gabriela (funcionária) e Gislaine fazem questão de ordem para limitação das falas, acordam-se em 5. Thiago presta suporte a fala de Gabriela, disse que deve-se ouvir os funcionários, que da fala de Jean parece cobrança, que há objetividade no que os funcionários falam, que vê que Gabriela pontua as questões, que a chefia que deve organizar o fluxograma, questionou do suporte a Márcia. Karina disse que foi tentado. Thiago disse que tentará no GT, destacou que devem ouvir o que os funcionários falam, que não está aqui para denunciar, que quer conversar, que no conselho os trabalhadores deveriam ser bem tratados, que não quer levantar guerra, que ajudando os funcionários, as questões vão fluir melhor. Jean falou que não disse que a fala é desinteressante, que as pontuações dos funcionários são importantes, mas que questiona a

forma; que solicita a sistematização do trabalho porque como gestão é preciso dizer o que sobrecarga, que isso pode ser feito falando; que como trabalhador precisa trazer para a gestão aquilo que sobrecarga, que como assistente social precisa mostrar em números ou em texto para que a gestão entenda o que é sobrecarrega no dia a dia de trabalho; que a sistematização não é apenas dizer mas de construir; propõe nova reunião para que se possa construir conjuntamente e entender o que é sobrecarga de trabalho. Gabriela (funcionária) questiona se o documento acelerará a contratação de agente fiscal. Karina disse que a questão é de espaço. Gabriela (funcionária) disse que são questões objetivas. Jean falou que é para aliviar a sobrecarga. Gabriela (funcionária) falou que colocou na sua apresentação que não tem tempo para visitas de rotina. Karina propôs encaminhamento para que dentro da COFI se organize para entender as demandas, que coloque quais as demandas para saber o que priorizar. Gabriela (funcionária) disse que a priorização já está definida, que debatem isso na COFI, que quer sair da denúncia e que se dedicar a outras atividades. Grace colocou que Márcia estava sozinha, que ela não conseguiria assumir alguns trabalhos, que concorda que ela está adoecida. Silvia falou que a questão pode ser vista no GT para pensar em fluxos e organograma, que pensa que o GT é provisório, que vão se reunir e entregar um produto. Ana Luísa (funcionária) falou sobre assessoria contábil, que atualmente estamos sem assessoria de comunicação e que o contábil foi vencido, que teve aditivo com data retroativa para fazer contratação da assessoria contábil e a da comunicação venceu. Questionou o porquê do tratamento diferente. Eduardo falou que o contrato foi feito direto com a assessoria jurídica. Ana Luisa (funcionária) falou que era necessária uma licitação, que Grace ligou para sr. Eustáquio informando isso e que sr. Eustáquio disse que falaria com o jurídico. Rafael questiona se Ana Luísa (funcionária) sabe disso e se presenciou a ligação de Eustáquio e o jurídico. Ana Luísa (funcionária) negou, que passado um tempo o jurídico enviou o aditivo, que Tatiane disse que não sabia do aditivo; que o problema é que o contrato do sr. Eustáquio foi feito de forma emergencial na pandemia, que tinha cláusula dizendo que era improrrogável. Eduardo falou que Marcia disse que em 2021 foi feita uma licitação, mas que não a encontraram. Ana Luisa (funcionária) lê trecho do contrato, e afirmou que não houve processo licitatório desde então. Eustáquio disse que houve processo licitatório, que o termo aditivo foi feito fora do prazo; mas que o serviço continuou sendo prestado. Acrescentou que



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

o contrato venceu o primeiro ano e que possibilitava aditivos. Eduardo disse que o aditivo deverá ser feito com a gestão. Eustáquio confirma. Karina disse que houve contrato e licitação após 2020, que poderia ter até 4 termos aditivos; foi na época que Pietra estava afastada e que, após isso, ela pediu saída da gestão, por isso ficou o vácuo de não ter feito o termo aditivo, que em outubro a gestão avaliará se é conveniente ou não o termo aditivo. Ana Luísa (funcionária) disse que só encontraram o contrato de 2020, questionou se no novo contrato a quantidade de aditivos foi ultrapassada. Karina falou que não. Gislaine disse que foi feita licitação, que abriram os envelopes e que só o sr. Eustáquio concorreu, que foi feita divulgação; que se há documentos se há sumidos, que isso é grave. Karina encaminhou para acionar Pietra para tentar localizar o contrato. Eustáquio falou que o contrato é por pessoa jurídica para evitar vínculo empregatício. Rafael falou que as consultas feitas ao jurídico são por e-mail, que falta profundidade para elaborar parecer, que esse é opinativo pois a gestão que tomará a decisão com base nas informações do jurídico; que sente falta da organização dos processos administrativos; que nas consultas ao jurídico faltam informações e que muitas vezes não compreendem qual é a dúvida; que sobre a contabilidade houve uma situação emergencial, que o contrato venceu, que a orientação foi de um novo processo licitatório, que não teve diferença em relação ao da comunicação. Karina disse que o contrato da comunicação teve uma falha porque não havia previsão de aditivos. Rafael falou que não havia processo montado e que orientou que não seria possível prorrogar o contrato; que de forma geral há uma dificuldade na consolidação das informações em processo; que a função do jurídico é de orientação, que não pode dizer para optarem por uma coisa ou outra. Karina falou que ambos os contratos eram importantes, mas que não tinha como fazer aditivos no contrato da comunicação; que não se exime das responsabilidades por muitas vezes não saber como funcionavam as coisas; que precisamos organizar a comissão de licitação para ver os contratos. Gabriela (funcionária) faz questão de ordem para apresentação das pautas e colocação depois. Eduardo disse que verificou na folha de pagamento consta 150 horas de trabalho, que o sr. Eustáquio disse que está no contrato do trabalho, mas que isso não consta lá. Acrescentou que isso interfere nas horas extras; que há retrabalho, que as folhas de pagamento chegam de última hora; que precisam cobrar gratificação e auxílio creche; que questionam e ele responde com rispidez. Gabriela (funcionária) complementou que não é uma

questão do dinheiro em si, que é uma questão de respeito aos funcionários; que nas horas extras o atraso pode ser questionado, que há comprometimento com o trabalho, então, também tem que haver com o pagamento. Ana Luísa (funcionária) falou que o sr. Eustáquio presta assessoria ao CRESS e que os funcionários fazem parte do CRESS. Sr. Eustáquio concorda que pode mandar com antecedência, que todas as horas extras eram assinadas pela presidente. Eduardo e Ana Luísa (funcionária) questionam se a assinatura de Grace não vale. Eustáquio disse que é com a gestão. Sabino sugere encaminhar para a definição de fluxo. Eustáquio disse que não é contra, que erros devem ser corrigidos. Eduardo pontua erro na redução do valor da dotação orçamentária pela assessoria contábil. Karina disse que não entendeu. Ana Luísa (funcionária) explicou que na montagem do processo ela e Eduardo identificaram essa redução. Sr. Eustáquio diz que alterações podem ser feitas. Ana Luísa (funcionária) disse que depois foi readequado, que não é da área, mas que deve se fazer uma análise prática para isso. Gabriela (funcionária) disse que sentem falta de uma dotação orçamentária para fins do ACT e PCCR, que pela lei de transparência a proposta orçamentária deveria ser disponível integralmente, que gostaria que a dotação orçamentária refletisse a realidade do CRESS. Karina disse que é apresentado na assembleia. Gabriela (funcionária) falou que conhecendo o CRESS sabe que não é a realidade deste; que ocorrem realocações todo ano, que os reajustes parecem ser a regra ou exceção. Ana Luísa (funcionária) deu exemplo de que encontrou em seu computador um orçamento enviado ao CFESS, que metade do orçamento para diárias e auxílios representações foi gasto no descentralizado, que isso não reflete a realidade; que parece que cada um vai puxando o orçamento sem planejamento e que explicita as falhas na solicitação ao jurídico. Eduardo disse que falta a realidade da questão orçamentária, que a gestão falou sobre isso na última reunião. Sr. Eustáquio falou que era necessário ter previsão do custos de eventos; deu exemplo da questão da Implanta que aumentou o gasto significativamente e que teve que fazer ajustes. Rafael disse que na administração pública o orçamento é estimado com base no orçamento do ano anterior, é uma previsão de arrecadação e de como ela será executada, que nunca viu o orçamento do CRESS e não sabe das mudanças ano a ano, mas que existe uma previsão do que foi gasto em 2022 e que é uma referência sobre como planejar 2023. Disse que as questões podem ser priorizadas conforme decisões da gestão; como o orçamento é previsão pode não se confirmar ou não,

que não se confirmando é preciso cortar. Eustáquio disse que seria maravilhoso considerar todos os inscritos, mas como tem a inadimplência, faz-se orçamento com base nisso; que nunca houve problemas com orçamento e prestação de contas; que o orçamento não é mau feito; que o gasto com funcionários não pode ser maior que 50%, que já estamos em 70% da arrecadação e que podemos fazer uma reformulação; que quando se gasta acima de 60 e 70% não é possível chegar ao fim de ano; que tem previsão no orçamento para o ACT e que podem ser feitas alterações no orçamento. Gabriela (funcionária) ficou inscrita para o ponto do orçamento e questionou se a dotação é feita com a gestão. Valnéia falou que com o conselho fiscal e as tesoureiras. Gabriela (funcionária) falou que a dotação não considera a realidade dos funcionários e questiona sobre o valor das férias. Gislaine falou que a previsão é feita conforme tiram férias. Eustáquio falou que férias entram na rubrica de salários, que no CRESS não tem abono, mas é destinado valor. Ana Luísa (funcionária) usa esse exemplo para dizer que tem coisas subestimadas ou superestimadas, e ainda há orçamento para coisas que não existem. Falou que no orçamento que teve acesso, o qual foi o enviado ao CFESS, está escrito que o gasto com funcionários é de 28%, que tem uma ata que Ágata falou que o sr. Eustáquio disse que é de quase 50%; que fala não só como funcionária, mas que se fosse da base iria querer acompanhar isso. Sr. Eustáquio fala que o gasto poderia ser de até 50%. Ana Luísa (funcionária) falou que é necessário esclarecer as situações sem rispidez, que muitas vezes falta retorno para os funcionários, que querem informações pois é direito deles. Rafael pergunta das 150 horas. Gabriela (funcionária) falou que consta que tem um contrato de 150 horas, que isso diminui a hora extra. Rafael explica que as 150 são um divisor, faz explicação conforme lógica da Constituição Federal, questionou o que acham que é justo. Ana Luísa (funcionária) disse que não sabem, que querem saber o porquê. Rafael informa que é um ficção em que se multiplica as horas semanais por 5 semanas, mas que os meses não as tem; que isso é base para cálculo da hora extra; que a partir dessas 150 horas faz-se a divisão das horas extras; que o contrato não precisa prever as 150 horas, pois o cálculo é feito com base na jornada semanal de 30 horas. Eustáquio falou que o próprio sistema já faz esse cálculo. Ana Luísa (funcionária) disse que também querem informações, que não está dizendo que o trabalho de sr. Eustáquio é bom ou ruim. Eustáquio falou que fez orientações sobre auxílio alimentação e férias. Ana Luísa (funcionária) disse que pediu a Grace para enviar as

informações porque não tem respostas, que querem abrir o diálogo; que houve atrasos no pagamento de horas extras e que sr. Eustáquio questionou se brigaria por 50 reais. Eustáquio falou que o conselho não se negaria pagar. Ana Luísa (funcionária) reforça que tem direito a informações. Silvia deixa a reunião às 16:40. Karina falou sobre o gasto com o descentralizado, que o nacional já será no DF. Informou que por dificuldades do CRESSDF solicitou ao Goiás que sediasse o descentralizado, que também deveria ser em Brasília; que viu como vantagem poder levar mais gente, que o gasto seria menor do que em outros estados em que deveria ir de avião. Gislaine falou que a escolha não foi aleatória, que a diretoria se reuniu, que se fossem 6 pessoas de avião ficaria em torno de 20 mil reais. Relatou que conversou com Kelly, presidente do CFESS, disse que deveríamos ir de avião, mas que a diretoria decidiu ir de ônibus para conseguir levar mais pessoas, considerando que havia a nova gestão. Que tudo foi feito conforme o orçamento, que pode ser feito como acordo de gestão; que deveríamos levar pelo menos 2 pessoas da base, que vendo o interesse de outros colegas, fez se pausa na assembleia para a diretoria deliberar e decidimos ampliar o número de participantes, considerando ser o Encontro Nacional em Brasília e custeado pelo CFESS, nosso gasto seria menor; e que foi deliberado a participação a de Eduardo. Gabriela (funcionária) falou que não foi unânime, que disseram que não havia trabalhadores na assembleia. Gislaine disse que falou por si e que convocou os funcionários para reunião posterior e decidiram que seria Eduardo, que foi tudo feito conforme orçamento; que a decisão de ir de ônibus foi da diretoria, que o CFESS falou que poderia ir de avião. Ana Luíza (conselheira) faz questão de ordem em relação à duração da reunião. Karina solicitou que sr. Eustáquio esteja aberto às solicitações, que o orçamento é apresentado nas assembleias, que não vê problemas em se abrir a elaboração do orçamento para sugestões dos funcionários, que sempre acompanha o orçamento com a CAF e com o conselho fiscal; que podem alocar e realocar recursos, que em determinado momento pareceu que estavam dizendo que havia improbidade administrativa de sua parte, que tudo é acompanhando, com o rigor necessário; que tem que estar no portal da transparência e, se não está, é uma falha. Gislaine falou que solicitou as atas da outra gestão para o portal da transparência. Gabriela (funcionária) falou que na outra reunião foi dito que outra pessoa poderia fazer a ata para dar seguimento a reunião. Valnéia se dispôs. Gabriela (funcionária) falou que não é questão de improbidade

administrativa, que sempre quando se fala em melhores salários, fala-se da questão orçamentária, que colocaram como exemplo o da menina da limpeza que os salários em diária não equivalem à diária dela; que tem nível superior e que o salário tem que ser compatível. Ana Luísa (funcionária) falou que um dos argumentos, quando se compara os salários com os do CFESS, é que não somos o CFESS. Falou que em algumas coisas as comparações são válidas, em outras não, e questionou porque as diárias e auxílios representações são iguais ao do CFESS. Ana Luíza (conselheira) disse que não são comparáveis com remuneração, que atendem a outros fins. Ana Luísa (funcionária) questionou também sobre o número de pessoas levadas ao descentralizado, que o CRESSGO levou menos. Sabino disse que é legítimo requerer melhorias salariais, mas que não se pode comparar com o que não é remuneração. Gabriela (funcionária) disse que se acham que as comparações foram esdrúxulas, foi porque era o que tinham disponível. Mas que desejam questionar o porquê se priorizar outras coisas e não a valorização dos funcionários; que o custo de vida em Brasília é alto e que deveriam entender a necessidade de melhoria. Karina informou os salários base dos trabalhadores, que aumentam em 10% e que há opção por aumentos no salário indireto, principalmente, no auxílio alimentação, que houve aumento para 1000 reais, que antes era de 800 e pouco; que ainda precisa melhorar alguns benefícios. Afirmou que é uma pauta que não é fechada, que não significa que o salário do CRESS é melhor, mas que não estamos aquém das questões do mundo do trabalho. Disse que ficou bem triste com a comparação com uma pessoa que trabalha na limpeza, que as questões são totalmente diferentes, que não estando bom pode se trocar. Foi feita uma pausa de 15 minutos, proposta pela conselheira Ágata e eu, Ana Luíza Ribeiro Câmara, conselheira primeira secretária, deixei a reunião às 17:14 e lavrei a presente ata até este ponto.

A digitação da ata foi iniciada pela conselheira Valnéia, às 17h41. Ana Luisa (funcionária) falou sobre o apontamento da Assessoria Jurídica. Questão do PCCR e o hipersalto; as decisões são tomadas pelas/os conselheiras/os sobre diárias; em relação ao contrato do assessor contábil, não houve publicização; houve licitação? está correto? Processo da



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

Comunicação: Dra. Sabrina havia relatado ao Eduardo e à Ana Luísa que havia necessidade de terminar tudo até o final do mês em questão. Tem que haver a Comissão de Licitação (Grace, Eduardo e Ana Luísa), que verificaram diversos erros na licitação, sendo questionada para a Dra Sabrina sobre essa demanda e seus erros, achando estranho seus argumentos; sendo assim, quando a funcionária Ana Luísa (funcionária) percebeu que não houve a correção do problema, verificando por meio da Lei de Licitação (8666), questionando à Dra. Sabrina a fase interna, a mesma questionou o porquê não haverem realizado essa fase, e que a justificativa da mesma seria, montar a fase interna depois. Eduardo acrescentou que fizeram o processo, mas que não estavam concordando com o deslinde do processo. Ana Luísa (funcionária) acrescentou que são processos simples e corriqueiros que deveriam ser feitos de forma correta e que se preocupam com isso. Sugestão: reunião com o jurídico a cada 15 ou 20 dias para demandarem da forma correta. Sobre a prescrição e modelos, Eduardo relatou ter solicitado parecer jurídico, explicou que a assessoria havia devolvido um modelo de 2021 sem nenhuma análise. Sugestão da Gabriela (funcionária): deixar referência para cada área pela assessoria jurídica e que, inclusive, está aguardando parecer dos casos que já tiveram reunião. Sentiu falta desse retorno, conversando com o jurídico do CRESS-GO no Descentralizado; sente essa necessidade de diálogo entre funcionárias/os com a assessoria jurídica. Ana Luísa (funcionária) continuou, perguntando se não seria importante ter uma pessoa específica, com dedicação exclusiva; acrescentou que, às vezes, precisa resolver de acordo com a sua formação, devido à falta de resposta imediata. O ideal seria ter um concursado no CRESS-DF. O Jurídico não pode ser um cargo em comissão e, sim, uma assessoria jurídica. A questão que o Dr. Rafael alegou não ter muita informação para se basear em relação a algum assunto proposto. Apontamento sobre retorno célere do jurídico. Está bastante preocupada, uma vez que não é sua função. O Dr. Rafael explicou que sobre o contrato da Taty, o salário ficou a cargo do contrato, pois a definição da contratação não cabe ao jurídico. Sobre a Assessoria de Comunicação, relatou ter sido muito cobrado pela conselheira Shirlei; sobre os processos que chegam ao escritório, muitas vezes era para sanear o processo; sobre a Lei de Licitação, houve equívoco por parte da profissional do escritório, mas não sabe em qual contexto foi realizado o procedimento. Anteriormente, tinha reunião a cada quinze dias com a Comissão de Ética e recomendou o retorno destes encontros e solicita



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

que, quando necessitarem, entrem em contato com o escritório, pois irá resolver a questão, na medida do possível. Outra sugestão: recomendar que se faça as questões de Licitação antes do término de qualquer contrato. Não recomenda a contratação de advogado e que o ideal, então, é o concurso público, entretanto, com muita cautela para o contrato em concurso público; informando que tem exemplos de conselhos que contrataram advogados e deram certos e outros, não. Ana Luísa (funcionária) alegou sobre as questões levantadas ao jurídico em relação à legalidade, moralidade e se resguardarem sobre eventuais problemas legais e que a contratação via concurso é apenas uma sugestão. O Dr. Rafael entende sobre a carência dos funcionários para se municiarem. Leonardo questionou sobre a autonomia de entrar em contato com o jurídico, como seria. Sabino explicou que o entendimento sobre os servidores onde trabalha e a chefia, é necessária verificar o amparo legal, não sendo a chefia imediata, dependendo da situação, procurar a chefia direta em primeiro lugar. Karina relatou que o escritório de advocacia já estava contratado na gestão da ex-presidenta Rafaella e que o escritório tinha as especialidades pertinentes, mas que o jurídico, anteriormente, participava em reuniões quinzenais com o CRESS, via Comissão de Ética, que é necessário esse retorno; sugere que a participação da Grace é essencial, antes de levar o assunto ao jurídico diretamente. Dr. Rafael explanou que, pelo tamanho do CRESSDF, um advogado consegue trabalhar de forma mais célere, tendo ambiente com mais condição de se aprofundar em cada assunto, estando com mais horas disponíveis. Ana Luisa (funcionária) relatou que, ao ter uma longa conversa com a Taty, esta relatou que, anteriormente, o jurídico participava mais no CRESSDF, sendo considerado um bom atendimento; atualmente, o andamento está um pouco a desejar. Eduardo relatou que na primeira prestação de contas sobre a questão de diárias e analisando Resoluções antigas, se há uma análise mais minuciosa, se deveria apresentar comprovantes diversos e/ou devolver valores/reembolso. O Dr. Rafael explicou que, na Resolução da gestão da presidenta Rafaela, foi acordado valores fixos, sem necessidade de prestação de contas (Notas Fiscais) e que anteriormente, havia o ressarcimento. Sobre o CFESS, Ana Luisa (funcionária) explicou que há a necessidade de prestação de contas, relatando com o que foi gasto. Karina explicou que ressarcimento é um e diária é outro, são modalidades diferentes e que o Serviço Público utiliza a modalidade de diária. Na Resolução há a questão que, se há gasto mais que o valor recebido, o CRESSDF ressarce, mas se gastou

a menos, não necessita devolver. Karina explicou que na Resolução o que é apontado é em relação ao traslado. Eduardo justificou a preocupação sobre esse ponto, sendo ratificado por Ana Luísa. Gislaine relatou que, à época, foi necessário a elaboração da Resolução, fixando valor certo, para evitar gastos exorbitantes, via ressarcimento. Eduardo questionou sobre os auxílios-representação, onde alguns conselheiros recebem exorbitantemente, uma vez que comparecem ao CRESSDF quase que diariamente. Ana Luísa (funcionária) questionou sobre autorização da diretoria. Eduardo apontou excedentes das conselheiras Ágata e Shirlei, relatando sobre a Resolução, em artigo que diz sobre caráter excepcional. Gislaine explicou que, em relação ao pagamento de auxílio representação de Ágata e Shirlei, foi justificado que houve a necessidade sobre o comparecimento de ambas para resolver pendências exigidas pelo Tribunal de Contas. Karina explicou que a diretoria tem autonomia para deliberar sobre esse assunto específico, sendo sempre em casos excepcionais e apresentação de comprovação. Valnéia acrescentou que é por isso que existe o Conselho Fiscal, para analisar as contas do CRESSDF mensalmente. Gabriela (funcionária) agradeceu as explicações dadas, uma vez que tirou a maioria das dúvidas. Ana Luísa (funcionária) explicou que observou na última reunião ter havido embate entre conselheiros, acabando por reverberar nos funcionários, enfatizando que as críticas não são pessoais, somente pelos relatos em si. Acrescentou, também, sobre a obrigatoriedade de apresentação dos documentos no Portal da Transparência. Eduardo solicitou que a assessoria contábil apresente com antecedência a folha de pagamento. Sugerem que a folha seja apresentada no dia 25 de cada mês. Sobre a formulação do PCCR e ACT, como questão de ordem, Gabriela (funcionária) sugeriu que seja em outro momento. Sabino explicou que há conflitos, não só entre conselheiras/os, bem como funcionárias/os, falta de alinhamento de observar estas questões, justificando sobre a gestão estar no início, observando que tudo converge para uma preocupação comum, o CRESSDF, com objetivo de amparo, não só aos profissionais, como também, aos funcionários. Jean enfatizou que a divergência de opinião pode ocorrer em todos os âmbitos do CRESS, entendendo que toda ação da gestão, sendo impactava em qualquer estrutura, é importante em termos organizacional, acreditando que toda divergência não pode ser confundida com assédio, tendo cautela e cuidado com o que se fala. Outro apontamento, sobre a Gestão: Ana Luísa (funcionária) iniciou relatando que gostaria que Shirlei estivesse presente neste momento,



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

entretanto, está afastada. Como visão de funcionárias/os, é necessário ouvir relatos das/os funcionárias/os; bastante emocionada, pois relata que o assunto é sensível para ela. Explicou que a Shirlei chega no ambiente e Ana Luísa (funcionária) relatou que a/o funcionária/o tem medo de falar ou de agir. Sobre denúncias no Ministério Público (anônima), foram convocadas (Ana, Grace..) para relatar como funcionárias. No caso de Ana Luísa (funcionária), explicou um momento com Shirlei onde, hoje, consegue enfrentá-la, mas que observa que outras colegas não têm esse posicionamento. Relatou que quando iniciou o trabalho no CRESS, a Shirlei a chamou em uma sala e relatou que ela teria que ser “olhos e ouvidos dela”, desde então, começou a ficar amedrontada quando ela vinha ao CRESS. Sobre o ex-estagiário Pedro, relatou que ele havia dito que “ela o estava enlouquecendo”, chegando a passar mal num certo dia. A partir daí, percebeu que havia um bloqueio interno sobre a ocorrência com a Shirlei. Exemplo sobre modelo de treinamento do novo sistema do registro, preparou um programa para ensinar às funcionárias, entretanto, durante o treinamento, Shirlei teve uma postura com a Grace, na frente de todas/os, disse “você não deveria ter me tirado da Comissão! Quem mandou você me tirar? Eu não estou morta!”. Explicou que a Grace tem muito medo dela, chegando a um ponto que existe travamento quando sabem que a Shirlei irá ao Conselho, deixando, sobretudo, Ana Luísa psicologicamente abalada. Gabriela (funcionária) acrescentou sobre conversas de corredor da Shirlei, como por exemplo, da sua acumulação de cargo que seria passado pelo Pleno. Outra situação foi quando a Shirlei enviou várias mensagens a ela, quando estava em um evento, deixando-a nervosa e preocupada. Sobre o mestrado, também houve questionamento da Shirlei, mas explicou que havia relatado à Karina e Taty sobre este fato, entretanto, que a Shirlei havia pontuado sobre sua competência após a acumulação de cargos. Que a Shirlei foi questionar sobre as condutas da Gabriela com uma colega dela (Gabriela) de trabalho, sobre o seu mestrado. É muito pontuado que a Shirlei não tem total poder, mas que isso não é o que estão vendo. Exemplificou sobre a palestra de assédio moral, sendo ela uma das responsáveis pela palestra. Enquanto assistente social, observa e fica bastante nervosa, sem saber o que fazer, quando vê as colegas adoecidas, chorando, por causa de uma conselheira. Entende que a conselheira precisa se cuidar para depois retornar. Fica bastante mal quando percebe que a sua profissão há, também, questões de assédio moral e, bastante emocionada, relata ser bastante triste não



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

estar sendo representada. Karina solicita correção, pois não são as/os conselheiras/os em geral, somente ela, a Shirlei, que é desrespeitosa com elas/es. Ana Luísa (funcionária) relatou que quando Shirlei a questionava, era uma forma que prejudicava as/os funcionárias/os, mas que sempre a atendeu com bastante educação, devido o seu trabalho. Houve relato, quando estava de férias, que a Márcia foi explicar para a Shirlei sobre um certo trabalho e que, quando a Márcia fez o trabalho, a Shirlei ligou para um profissional, questionando porque a Márcia havia realizado o trabalho e que a Grace e Márcia ficaram bastante abaladas com a situação. Relataram para o ACT e que Karina havia dito que Shirlei não participaria de nenhuma Comissão mas que, entretanto, foi o contrário e que está sendo um “ciclo de agressões”. Sobre o afastamento, entendem que é somente paliativo, pois quando retornar, irá voltar do mesmo jeito; que quando estava no Conselho, verificava os e-mails (Ana) e mexia na mesa dela. Gabriela (funcionária) também relatou que Shirlei havia mexido em sua mesa/gavetas e que questionou a ela do porquê estar mexendo em suas coisas, sendo justificado pela Shirlei que estava somente organizando suas coisas; relata que parece que Shirlei tem um poder e que a estratégia seria afastá-la temporariamente. Sobre a Comissão Eleitoral, ficou com medo, pois a Shirlei, mesmo afastada, dizia que ela era o CRESSDF, enviando e-mail, sendo orientada pela Gabriela (funcionária) que não poderia participar de nenhuma ação como conselheira, ficando assustada e com medo, pois fazia parte da Comissão Eleitoral. O problema é que a Shirlei volta e continua com as mesmas práticas. Eduardo também relata que houve uma ocorrência entre a Shirlei e sua estagiária, a desrespeitando e que fez um relato da ocorrência à gestão. Direccionou à conselheira Ágata que a questão não era sobre “a balinha”, mas que o contexto é bem maior do que se pensam. Gabriela (funcionária) acrescentou que a questão não foi a balinha, mas o seu espaço de trabalho sendo invadido, gerando ao trabalhador (estagiária) uma situação ruim, juntando adoecimento em âmbito geral para todas/os trabalhadoras/es. Ana Luísa (funcionária) explicou que tem que entender o momento e que já vivenciou várias situações, inclusive, alguns naturalizando as ocorrências; relatou que está bastante abalada pessoalmente por questões particulares e que se afastou por dois dias para não prejudicar o trabalho no CRESS, mas que, no caso da Shirlei, se tem problemas pessoais, que ela faça seus tratamentos pertinentes. Karina relatou que não acha que seja menor essa questão do assédio, mas que ficou muito triste que ouviu ser



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

conivente com o assédio moral, mas que nunca foi conivente com o assédio moral; explicou que necessita de documentos/relatos de acordo com a legislação. Exemplificou o caso da ex-tesoureira Pietra, que presenciou o que ocorreu e que, em relação à Shirlei, não presenciou. Mas que, na prática, o afastamento da Shirlei é uma das ações que fizeram. Sobre o questionamento da acumulação de cargos de Gabriela, explicou que houve uma reunião com a diretoria, sendo que a Shirlei foi contrária à solicitação, mas que foi voto vencido, mas que realmente existe incompatibilidade de horário. Sobre a composição da nova gestão, Karina alegou que conversou antes com a Shirlei sobre não ficar na Comissão de Inscrição, pois tem participação/relação direta com as/os funcionárias/os, que foi concordado num primeiro momento, entretanto, que a Shirlei retomou com essa postura. Karina questionou à Grace se foi relatado sobre essas questões, pois não pode trabalhar baseada em conversas de corredor, pois necessita de algo concreto e que as funcionárias e Eduardo estavam trazendo algo concreto. Ana Luísa (funcionária) relatou que o ex-estagiário Pedro disse que iria entrar com um processo, porém desistiu, pois preferiu não se desgastar física e emocionalmente; relatou que o MP deu nomes, como por exemplo, da Pietra. Karina relatou que sobre o MP não havia nomes de conselheiras/os. Dr. Rafael explicou que MP trabalha com inquéritos e está reunindo materialidade e que, assim, não expõe nomes até a resolução da situação e que essas informações, como estão em fase apuratória, transformando em inquérito, abrindo o conteúdo dos procedimentos, aí sim, terão nomes concretos. Gabriela (funcionária) questionou sobre a recomendação de atividade/palestra sobre Assédio Moral, caso não tenha tido êxito, o que o MP pode fazer? Dr. Rafael relatou que, caso não haja êxito, há outros tipos de análises, como por exemplo, novas palestras, mas que, se não surtir efeito, propõe uma Ação Civil Pública, cabendo sanção ao CRESSDF. Grace relatou que Karina sempre comunicava para a Pietra sobre questão de racismo em relação a ela e, quanto à Shirlei, deixou claro que não era para contar com o seu trabalho e que a Shirlei chegou a estauquear a sua rede social, conversando com uma amiga dela, dizendo que Grace estava sendo assediada no CRESSDF. Sabino relatou que Shirlei tem consciência que o fato de solicitar afastamento não a exime de futuras sanções, mas que não tem ideia da dimensão do problema. Gabriela (funcionária) relatou que, em relação ao seu profissionalismo (horário, por exemplo), não entendia os questionamentos da Shirlei, pois trabalhava de acordo com os seus horários, mas que, quando ultrapassava seu

horário, não havia esses questionamentos por parte da conselheira; relatou, também, que a Natália já presenciou questionamentos de Shirlei com uma Assistente Social sobre acumulação de cargos. Explicou que, como base, repensou sobre seu voto, devido à volta da Shirlei na gestão. Entende que a composição das chapas não são obrigatórias a aceitação de profissional que não tenha o mesmo alinhamento. Bastante emocionada, relatou que, como base, questiona, por que trazer uma pessoa que fez ações contrárias à profissão e que, conversando com a Taty, pontuou que não era interessante que a Shirlei viesse nessa atual gestão, devido suas problemáticas e que essas conversas não existiriam se não houvessem esses problemas com a conselheira. Ana Luísa (funcionária) acrescentou que chegar a fazer um relato, significa que a situação está extremamente fora de controle, relatando novamente sobre o primeiro momento com a Shirlei, onde a conselheira relatou sobre todos os funcionários do Conselho, bem como do estagiário Pedro. Sobre a palestra, relatou que estava em férias, recebeu a convocação por e-mail pela Shirlei e entendeu ser inviável e que já presenciou reuniões de conselheiras/os com a Shirlei e que a mesma rebatia. Solicitou que a palestra seja realizada com todas/os (funcionárias/os, conselheiras/os, estagiárias/os). Jean propõe que, formalmente, seja enviado ao Pleno para que seja tomada uma decisão definitiva, uma vez que o documento é a própria Ata. Ana Luísa (funcionária) relatou que o afastamento definitivo é o ideal, mas que as pontuações relatadas são verídicas. Sabino ratificou as palavras do Jean. Leonardo indagou se não existe uma Comissão de Ética para este caso específico? Sabino explicou que há mecanismos legais para essa resolutiva. Karina explicou sobre a indagação de Gabriela sobre trazer esse tipo de pessoa, justificando que parte do princípio que tem que fazer uma construção ética, apesar dos problemas psiquiátricos, mas que não tiveram um processo mais apurado para este fim, mesmo ela tendo seu espaço profissional; que recebeu oficialmente, enquanto CRESS, o que a Gabriela relatou sobre suas horas no Conselho; o que cabe ao Conselho é tomar as atitudes cabíveis. Thiago orientou sobre procurar a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, formalizando os ocorridos. Gislaine relatou que sobre a Pietra, um dos motivos foi sobre o seu ocorrido com a Grace e que a conselheira decidiu sair, entendendo maiores sanções para ela. Ana Luísa (funcionária) indagou sobre o posicionamento da Pietra e por que a Shirlei não tem o mesmo posicionamento (Pietra solicitou o desligamento no Conselho após o ocorrido com a Grace).



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

Ana Luísa (funcionária) alegou que não foi orientada pelo Conselho sobre a formalização dos problemas com a Shirlei. A Grace relatou que sobre o caso dela, não formalizou a denúncia, por não querer mesmo. Karina enfatizou sobre a necessidade da formalização para evitar processos futuros. Ata encerrada por mim, Valnéia Martins da Silva, às 19h57.